



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**ARTE-EDUCAÇÃO: UM CAMINHO
PARA A ACESSIBILIDADE**

Lisandra Andersson Ramos

Passo Fundo, RS, Brasil

2010

**ARTE-EDUCAÇÃO: UM CAMINHO
PARA A ACESSIBILIDADE**

por

Lisandra Andersson Ramos

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**Passo Fundo, RS, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização.

ARTE-EDUCAÇÃO: UM CAMINHO
PARA A ACESSIBILIDADE

elaborado por
Lisandra Andersson Ramos

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação
de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Renata Corcini Carvalho Canabarro
(Presidente/Orientador)

Eliana da Costa Pereira de Menezes
(Parecerista)

Cristiane Lazzeri
(Parecerista)

Passo Fundo, RS, Brasil.
2010

EPIGRAFE

“Penso que o mundo é um acorde imenso de imensas geografias e diferenças. Nenhum homem é igual a outro homem. E só por esse mistério a vida já vale a pena.”
ROSEANA MURRAY

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

ARTE-EDUCAÇÃO: UM CAMINHO PARA A ACESSIBILIDADE

AUTOR: Lisandra Andersson Ramos
ORIENTADOR: Renata Corcini Carvalho Canabarro
Passo Fundo, RS

Atualmente, com a mudança dos paradigmas educacionais e a implantação legal da educação inclusiva, onde o processo de ensino-aprendizagem está baseado nas diferenças entre os alunos e na consideração das potencialidades e das limitações de cada um, torna-se cada vez mais importante ao educador repensar suas práticas a partir das novas teorias. O foco desse trabalho está em refletir sobre a educação, a arte-educação e a acessibilidade das pessoas com necessidades educacionais especiais. Esse artigo é o resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental, que busca auxiliar os educadores numa prática inclusiva através da educação estética.

Palavras-chave: acessibilidade; arte-educação; educação estética; educação inclusiva.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO.....	7
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
5. REFERÊNCIAS	38

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho constitui-se de uma reflexão e uma proposta para a transformação da leitura de mundo, através da arte, direcionada aos alunos com necessidades educacionais especiais, sobretudo aos alunos com déficit cognitivo.

Pedagoga especializada em Arte-Educação, fui convidada a trabalhar junto a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Passo Fundo, mais precisamente na Escola de Educação Especial O Sorriso de Amanhã, na educação de jovens e adultos.

Contratada para a função de professora desenvolvi um trabalho de alfabetização como leitura de mundo através da arte e do artesanato, com alunos que possuíam características síndrômicas e/ou lesões cerebrais. Pela primeira vez, tive a oportunidade de trabalhar com pessoas com necessidades educacionais especiais. Pude então conhecer seus anseios, suas dificuldades, e a forma com que a educação poderia interferir ou modificar suas vidas.

Empolgados e alegres, sentiam-se valorizados com suas criações. Na maioria das ocasiões, com materiais poucos, que certamente iriam para o lixo, mas que acabavam sendo reaproveitados e, não raras vezes, exageradamente “enfeitados”. Sentiam-se mais calmos, as dificuldades de comunicação eram minimizadas e as eventuais crises e surtos se tornaram cada vez mais esparsas.

O que imaginei que seria uma dificuldade para mim, ou seja, motivá-los a criar e a participar das atividades propostas, tornou-se uma experiência inesquecível: alunos livres, leves e felizes.

O interesse que demonstravam, a alegria de viver, a solidariedade com que se tratavam, e a curiosidade que expressavam dia-a-dia, me motivava a procurar fazer, cada vez melhor, o trabalho a que me propunha.

Os projetos educacionais desenvolvidos em conjunto pela equipe docente da escola me fizeram conhecer esta metodologia de trabalho, onde os alunos são estimulados a aprender partindo da sua leitura de mundo, utilizando vários e diferentes instrumentos de aprendizagem, sendo avaliados durante o processo, demonstrando o que conseguiram apreender do conteúdo trabalhado.

Impressionada com os resultados, já estava absolutamente apaixonada pela educação especial quando tive a oportunidade de fazer o Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, realizado pelo Núcleo de Educação à Distância da Universidade Federal de Santa Maria, oferecido pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo, RS a algumas educadoras.

Através desta oportunidade, novos conceitos educacionais abriam-se em minha frente, como um leque, fazendo-me compreender algumas coisas e enchendo-me de novas dúvidas. Foi preciso repensar minhas concepções, ou até modificá-las. Tornava-se, para mim, cada vez mais atraente a possibilidade de oferecer aos alunos com necessidades educacionais especiais uma educação mais sensível, que lhes proporcionasse prazer, acessibilidade ao conhecimento e possibilidades novas.

Ao ser efetivada pela Rede Estadual de ensino, tive que rescindir meu contrato com a APAE (o que me deixou muito triste, já que estava envolvida com o trabalho desenvolvido), assumindo turmas de ensino regular. Permaneceram, porém, em minha memória, aqueles momentos de euforia e criação, que motivaram os alunos e mexeram com minha sensibilidade e existência.

Nesse contexto de mudanças, incertezas e readequação de práticas, surgiu a questão que norteia essa reflexão: “Como a Arte-Educação pode auxiliar na aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais?”. Por esta razão, elegi como objetivo geral do estudo “Refletir acerca da proposta metodológica de trabalho ligada à arte-educação, construindo conhecimentos teóricos para embasar a prática educativa, com vistas a favorecer o processo de construção de aprendizagem de alunos com déficit cognitivo em processo de inclusão escolar”.

O item Caminhos da Pesquisa traz as informações sobre a forma como foi realizada a pesquisa e as buscas realizadas para o início dessa pertinente discussão.

O Referencial Teórico inicia-se com alguns dados sobre as pessoas com necessidades educacionais especiais no Brasil, como na cidade de Passo Fundo, a fim de contextualizar o leitor sobre a realidade atual.

Em seguida, fala sobre as Representações das pessoas com deficiências ao longo da história mundial e sobre os Paradigmas da Educação Especial, levando à compreensão dos estigmas enfrentados pelas pessoas com necessidades educacionais especiais.

Em outro momento, traz conceitos e definições pertinentes sobre educação, arte e arte-educação para a correta compreensão dos termos utilizados e da significação do termo “Arte-Educação” no contexto apresentado.

Logo após, há a relação entre a arte-educação e a educação de pessoas com déficit cognitivo, refletindo sobre sua eficácia e os instrumentos a serem utilizados a fim de melhorar a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais e oferecer-lhes a acessibilidade necessária ao seu desenvolvimento educacional.

Finalizando o estudo e a reflexão, após as pesquisas realizadas, as considerações finais trazem não as conclusões, por não ser um estudo fechado em si mesmo, mas o início de uma ideia que poderá trazer muitos frutos em um futuro próximo; pois, conforme a pesquisa realizada, a inclusão já é um fato, e a Arte-educação torna-se um bom e grande caminho para a acessibilidade.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

Os caminhos seguidos para a realização da pesquisa bibliográfica partiram de uma discussão iniciada durante o Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, e do interesse despertado através da experiência na Escola de Educação Especial O Sorriso de Amanhã, no período de 2006/2008.

Para a sistematização do estudo, inicialmente realizei a pesquisa a respeito dos autores da arte-educação, como também as obras e documentos voltados à educação especial e à educação inclusiva. Nesse sentido, utilizei fontes decorrentes do material do Curso de Educação à Distância, das pesquisas realizadas na internet, em bibliografia especializada (em arte-educação e em educação inclusiva), materiais impressos e documentos do MEC.

De posse das fontes bibliográficas, realizei a leitura do material, o destaque e o registro de alguns aspectos que eram importantes para a temática proposta pela pesquisa. Posteriormente, estabeleci a análise desse conteúdo, fato esse que permitiu estabelecer as relações entre a utilização da arte-educação no processo de ensino-aprendizagem e a sua eficácia na educação inclusiva, como instrumento de acessibilidade.

A partir dessa análise, organizei as considerações finais, as quais culminaram em conhecimentos teóricos que, a partir de agora, deverão enriquecer o meu trabalho e, provavelmente, inspirar novas pesquisas sobre o assunto.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A Organização Mundial da Saúde estima que 10% da população mundial é formada por pessoas com necessidades educacionais especiais, podendo ser: visuais, auditivas, físicas, intelectuais, múltiplas, condutas típicas ou autismo, além da superdotação ou altas habilidades.

Legalmente, a partir de esforços mundiais e/ou nacionais, essas pessoas possuem direitos educacionais assegurados nas redes regulares de ensino, sejam elas estaduais, municipais ou particulares. Nesse sentido, os órgãos governamentais ligados à educação têm buscado garantir a acessibilidade e a igualdade de direitos a todas as pessoas, principalmente àquelas que possuem necessidades educacionais especiais. Também há o apoio desses órgãos às escolas especializadas em educação especial, geralmente ligada às APAES.

Nessa perspectiva, substanciais investimentos têm sido destinados a cursos de formação de educadores para atuarem frente a educação inclusiva, bem como na adaptação das escolas, a fim de que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam recebidos com o embasamento necessário ao atendimento de todas as suas necessidades.

A Declaração de Salamanca estabelece que os governos devam atribuir a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais, no sentido de tornarem aptos a incluírem todas as pessoas, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

O referido documento é muito claro em suas intenções de oferecer aos alunos com necessidades educacionais especiais um ensino de qualidade e inclusivo, porém, os seus princípios estão paulatinamente sendo incorporados pela realidade educacional das escolas públicas no RS, pois há muitos obstáculos para a incorporação desses princípios, uma vez que depende de grandes esforços políticos e econômicos.

Em Passo Fundo, infelizmente, as dificuldades são as mesmas – proporcionais ao tamanho da cidade e ao fato de vivermos em uma das regiões mais ricas e culturalmente desenvolvidas do país. Não há dados específicos sobre o número de

peças com necessidades educacionais especiais no referido município, há apenas os números do Censo Escolar sobre o número de pessoas atendidas nas escolas especiais e o número de alunos incluídos em escolas regulares.

Antes do ano de 2005, praticamente não havia Educação Inclusiva em Passo Fundo, nesse ano, a PMPF iniciou sua parceria com o MEC, no Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, o que tornou o município polo de abrangência do programa. Iniciaram-se então, os cursos de formação, promovendo a sensibilização e reflexão sobre os novos paradigmas educacionais para atender à diversidade dos alunos, buscando estratégias para ampliar a discussão e a promoção das mudanças necessárias.

Nos anos de 2006 e 2007 iniciou-se a realização de várias ações, como a implantação de escolas inclusivas, a identificação das barreiras de acesso à educação dos alunos com necessidades especiais, a elaboração de projetos para o governo federal à busca de recursos, cursos de formação e a implementação da Resolução nº 06/2006 – que fixa normas para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino.

Segundo a referida Resolução, em seu Art. 2º “A educação inclusiva tem como princípio a inclusão de todos os alunos, considerando a diversidade humana, num processo de educação de qualidade”. Porém, em nenhum documento fornecido aos professores da rede municipal de ensino, fica claro o sentido do termo “educação de qualidade”. Quais são os parâmetros exigidos? O currículo a ser desenvolvido é funcional? O quê, na prática, as escolas da rede estão oferecendo para que haja essa “educação de qualidade”?

Ainda na Resolução nº 06/2006, em seu Parágrafo único consta:

O diagnóstico do aluno dependerá de laudo emitido por equipe multidisciplinar, composta por um médico clínico ou pediatra, neurologista, psiquiatra, fisioterapeuta, oftalmologista, fonoaudióloga, otorrinolaringologista, pedagogo, psicólogo e especialista em áreas afins conforme necessidades específicas. (Resolução nº 06/2006)

A Resolução também se refere às equipes multidisciplinares e centros especializados dando sustentação à Educação Inclusiva. Mas, como professora da PMPF, desconheço a existência da referida equipe, conforme artigo 6º da supracitada resolução.

Esse fato dificulta a realização das ideias contidas na Resolução, bem como da efetivação da educação inclusiva, pois todo o apoio é necessário, não apenas para alunos com necessidades especiais, como para todos os alunos.

Ao contrário das disposições legais, muitas escolas continuam oferecendo um ensino separatista, “normalizador” e conteúdista, em detrimento da educação inclusiva, democrática, estética¹ e sensível desejada. A arte-educação faz parte do currículo, mas não é vista como uma forma de conduzir o processo de ensino-aprendizagem de forma agradável e criativa, que fornece facilmente a acessibilidade a todos.

3.1 Representação e paradigmas em Educação Especial

A Educação Inclusiva está baseada no direito legal de igualdade entre todas as pessoas, garantido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), documento internacional que defende a todos nós de injustiças e violências de todos os matizes.

Porém, não foi sempre assim. Ao longo da história da humanidade, as pessoas consideradas “diferentes” e “anormais”, sofreram muitas violências; foram marginalizadas, presas ou até mortas de forma covarde e sem direito à defesa.

Mas essas violências não foram sempre iguais, nem tampouco isoladas do contexto. Elas dependem e acompanham o momento histórico, político e filosófico das sociedades; as crenças religiosas e as superstições também tiveram grande influência sobre o tratamento dado às pessoas com deficiências.

Assim, somente conhecendo um pouco da nossa história é que vamos conseguir compreender os paradigmas da Educação Especial ao longo do tempo, seu desenvolvimento e seus avanços até chegar à Educação Inclusiva, nos dias de hoje. Como resume Sasaki:

A sociedade, em todas as culturas atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam

¹ Ver conceito de educação estética – p.19

pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro das instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais. (SASSAKI, 1999, p.16)

3.1.1 Ao Longo da História...

Ao longo da história há muita tristeza e injustiças. É necessário rever a representação da pessoa com deficiência em três períodos distintos da história: a Antiguidade, a Idade Média e história recente que compreende desde o século XVI até os dias de hoje.

Na Antiguidade, período se estendeu desde a invenção da escrita (cerca de 4000 a 3500 a.C.) até a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.), a religiosidade era baseada no culto aos deuses pagãos. Cada deus era responsável por uma área de interesse humano (deus da fortuna, deusa da beleza, deus do amor...). Esses deuses eram humanizados, ou seja, amavam e odiavam às pessoas conforme os próprios homens, impondo-lhes castigos ou oferecendo-lhes recompensas e, até guerreando entre si.

As pessoas faziam qualquer coisa para agradar aos deuses e assim não receber qualquer tipo de castigo, como por exemplo, possuir um filho “lunático”. O grande interesse das pessoas era pelas riquezas e pela perfeição do corpo, onde a beleza era venerada. Assim, um filho com qualquer tipo de deficiência podia significar um castigo dos deuses ou um mau agouro, que atingiria a todos na família.

Por isso, na Grécia Antiga a reação diante das pessoas com deficiência era o abandono, a eliminação ou mesmo o sacrifício aos deuses para aplacar sua ira. Em alguns lugares de Roma, podiam ser mortos ou submetidos a um processo de purificação para livrá-los dos maus desígnios.

Amaral (1994) enfatiza que:

Assim como a loucura, a deficiência na Antiguidade oscilou entre dois pólos bastante contraditórios: ou um sinal da presença dos deuses ou dos demônios; ou algo da esfera do supra-humano ou do âmbito do infra-humano. . Do venerável saber do oráculo cego à “animalidade” da pessoa a ser extirpada do corpo sadio da humanidade. Assim foi por muito tempo, em várias civilizações. (AMARAL, 1994, p. 14).

Depois de muita luta, perseguições e cristãos mortos e devorados por leões nas arenas, o cristianismo finalmente vencia e a pouco e pouco ganhava seu espaço. Com o Império Romano dividido entre dois governadores: Constantino e Licinius foi firmado um documento, chamado “Edito de Milão”, que versou sobre o Cristianismo e a necessidade de repensar as relações entre o Estado e a nova religião.

Este edito ordenava que o Estado Romano desse irrestrita tolerância a todas e quaisquer pessoas que aderissem ao culto dos cristãos ou a qualquer outro culto que pessoalmente achassem melhor para si. Daquele momento em diante, ficavam revogados todos os decretos contra os cristãos e, com isso, chegava ao fim a era das perseguições. O decreto não só permitia a liberdade de culto aos seguidores de Jesus, como ordenava que se devolvessem à Igreja os bens a ela confiscados. (LEAL, 2004, p.32-33)

Era o início da Igreja Católica, que depois de várias “Guerras Santas” passou a dominar, política e economicamente os impérios, os reinados e/ou os governos de muitos países, por muito tempo.

Com a Igreja Católica dominando, firmou-se a ideia de um único Deus, que ganhava os atributos de todos os outros deuses pagãos, inclusive a ira e as predileções por súditos fervorosos. Daí a ideia de que se devia “temer a Deus” e servir a “Madre Igreja” de forma incondicional. As superstições continuavam e iniciava-se o período onde a Igreja assumia um papel paternalista, baseado na “caridade”.

Na Idade Média, sob o respaldo da Igreja, a pessoa com deficiência era vista de dois modos diferentes: como alguém que expiava um pecado (que podia ser de seus pais) ou como alguém que necessitava de caridade. A deficiência era concebida como desígnio de um ser superior (Deus), um castigo, uma culpa ou a possessão do corpo pelo demônio. Assim, os deficientes ora eram rejeitados, ora eram protegidos; ora supervalorizados, ora sacrificados; mereciam piedade e tratamento diferenciado ou eram excluídos do convívio social.

Acreditava-se que as estruturas sociais teriam sido constituídas por “leis divinas”, o que tornava a Igreja católica detentora do poder não apenas religioso, mas também econômico e, principalmente político; e esta punia todos aqueles que a contrariassem ou oferecessem resistência. Desta forma é que, através da Inquisição Religiosa, a Igreja sacrificou milhares de pessoas pretensamente heréticas e entre

elas, muitas pessoas com deficiências; já que muitas vezes eram vistas como possuídas.

Surge a ideia que liga as deficiências a doenças e sugerem internação aos deficientes; assim, com a difusão da Igreja na Europa, as pessoas com deficiências começam a escapar do abandono. É o início do atendimento assistencial, começam a surgir instituições com o objetivo de acolher os desprotegidos, os infelizes e os doentes de toda a espécie. Sua tarefa era a de acolher os considerados “anormais” e, em não conseguindo “normalizá-los”, mantê-los isolados e escondidos da sociedade. Esse era inclusive, o desejo das famílias, que consideravam não apenas um castigo como também uma grande vergonha possuir um familiar com esse tipo de “doença”. Segundo Mazzotta, (1996):

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito, inculcavam a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo parecidos com Deus, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana. (MAZZOTTA, 1996, p.16)

Do século XVI até a atualidade, durante a modernidade, várias mudanças políticas e econômicas são marcadas pelo fim do feudalismo e o surgimento do mercantilismo. Fortalecidas as relações entre a burguesia e o Estado, a Igreja passou a perder o controle em diversos setores, principalmente no econômico, enquanto as influências humanistas moviam os olhares antes destinados à teologia para os valores antropocêntricos.

Com o advento da filosofia humanista na Idade Moderna, inicia-se a valorização do ser humano que passa a ser entendido como um animal racional há o surgimento do método científico, iniciam-se estudos em torno das tipologias de deficiências e a concepção de deficiência passa a decorrer do modelo clínico, empregando-se a ela um caráter patológico, com tratamentos e medicação.

Motivados por essas ideias, alguns pensadores e educadores começaram a contribuir para o rompimento com as concepções que ligavam a deficiência ao misticismo (ao sobrenatural); passando a vigorar o aspecto médico-pedagógico. Iniciou-se a busca às causas das deficiências, incorporando a essas pesquisas o método científico. A intenção era a de “curar” e “normalizar” as pessoas com deficiências.

Na Idade Contemporânea, marcada pela Revolução Francesa, pela Revolução Industrial, pelas grandes guerras, a pessoa com deficiência precisava tornar-se produtiva para a sociedade. Assim, ela precisava ser treinada para executar alguma atividade rentável no mercado de trabalho, tornando-se assim, mão-de-obra barata.

3.1.2 No Brasil...

No Brasil, como em outros países, a pessoa com deficiência foi considerada por muito tempo, objeto de desprezo e vergonha, representando um peso para sua família; somente no século XIX alguns cientistas, inspirados nas experiências usadas na Europa e nos Estados Unidos, iniciam a organização de serviços para o atendimento de pessoas com deficiências, ainda que em instituições segregacionistas e assistenciais.

Na década de 50 as entidades assistenciais privadas proliferam-se e organizam-se em federações estaduais e nacionais (APAES) e as secretarias estaduais começam a oferecer serviços públicos de Educação Especial. Na década de 60, surgem os centros de reabilitação e a LDB 4024/61 traz dois artigos fazendo referência à educação de deficientes; referendando o compromisso do poder público com a Educação Especial.

Na década de 70 é criado pelo MEC um grupo-tarefa responsável pela Educação Especial; é aprovada a Lei 5692/71 que prevê fundamentos tecnicistas para o tratamento dos alunos da Educação Especial. Em 1973 aprova-se o decreto 72.425, de 03/07/1973, que cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP. Porém, foi somente na década de 80 que se iniciou a discussão sobre a transformação dos modelos e concepções vigentes na Educação Especial; assim, o ano de 1981 fica decretado como o “Ano internacional da pessoa com deficiência”.

Na década de 90, com a participação do Brasil na Conferência Mundial da UNESCO, realizada em Jomtien/Tailândia, assume-se o compromisso de pensar na transformação do sistema educacional para acolher a todos. No ano de 1994, a partir de uma convenção em Salamanca, na Espanha, surge um documento

chamado Declaração de Salamanca, da qual o Brasil é signatário assumindo assim o compromisso com a construção da escola inclusiva, resultando dos primeiros esforços a LDB 9394/96.

Em 1998 são publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento orientador para os profissionais da educação e em 1999 acontece na Guatemala a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, de onde resultou um documento que hoje orienta as políticas públicas desenvolvidas no Brasil.

A partir de então muitos esforços vêm sendo feitos para efetivar a Educação Inclusiva no Brasil e oferecer uma educação acessível e significativa para todos e a instituição de uma escola pública democrática e qualificada.

3.1.3 Paradigmas da Educação Especial

Após conhecer um pouco sobre a história mundial e mais específica do nosso país, bem como compreender a representação da pessoa com deficiência nas diferentes sociedades ao longo do tempo, torna-se necessário aprofundar a questão com o conhecimento dos paradigmas educacionais que acompanharam cada época da história.

Os conceitos em torno da deficiência estão inseridos em um contexto histórico com matizes religioso-filosóficos, econômicos, políticos e sociais que criaram concepções não apenas para os deficientes, mas para todos os seres humanos. Ou seja, não existe um perfil próprio para deficientes, mas concepções do ser humano que incluem os deficientes.

Essas concepções é que criaram ao longo do tempo as identidades de todos os grupos sociais e ditaram os comportamentos “ideais” para cada um deles. Assim, esperava-se um comportamento padrão para determinados grupos: homens, mulheres, viúvas, crianças, “donzelas”, etc. Todo o indivíduo que fugisse a esses padrões era considerado “anormal” e excluído da sociedade, para viver às margens dela, isolado ou mesmo sacrificado.

Por muito tempo as pessoas que não se adequavam aos padrões esperados foram estigmatizadas e rotuladas, sofrendo com o preconceito e a marginalização. Com a educação a situação não foi diferente. Acompanhando as concepções de homem e mundo vigentes em cada época, a escola seguiu os paradigmas educacionais que julgava corretos, sendo ao mesmo tempo produto e produtora da história.

Como já mencionado, nas sociedades antigas, o deficiente era visto de forma mítica, supersticiosa, que os levava à morte ou à segregação, por se tratar de um castigo dos deuses ou uma possessão demoníaca; nem o ambiente de vida e nem as condições biológicas influenciam a pessoa. As causas sobrenaturais caracterizam o Preformismo.

O Predeterminismo não considerava qualquer influência do meio. Com o fortalecimento da visão científica, as noções de defectologia e normalidade passam a determinar a caracterização do deficiente pela via do substrato biológico do indivíduo. Esse paradigma acompanha a concepção médica-pedagógica, da hereditariedade e dos aspectos orgânicos, traz o enfoque assistencialista terapêutico, levando o deficiente a instituições especializadas (e segregadas). Cabe à escola apenas reforçar as características natas dos alunos.

No Envolvimentismo, acreditava-se que o meio e as experiências sensoriais poderiam modelar novos comportamentos, sem qualquer contribuição biológica ao aprendizado dos alunos. Os deficientes continuavam a ser submetidos a uma “normalização” das suas deficiências em instituições especializadas.

O Interacionismo parte da ideia de relação e interpretação, que acredita que o problema da deficiência se acentua quando se privilegia ou o sujeito (em seu aspecto orgânico-biológico) ou o ambiente. Neste sentido, o Interacionismo propõe que as habilidades perceptivas, motoras e emocionais se desenvolvem através da interação do aspecto orgânico-biológico com o meio ambiente e as relações sociais.

A partir do Interacionismo, a Modificabilidade Cognitiva, que acredita na plasticidade cerebral promovendo internamente a construção de vias alternativas de cognição através da interação.

Partindo da ideia de que todos são diferentes e da naturalização das diferenças, buscou colocar a todos dentro da escola e da sociedade; porém, ao expor as diferenças, negava o direito de ser diferente, de falar e se auto representar.

O atendimento centralizava-se em profissionais especializados, que não estavam disponíveis nas escolas regulares, e estas não estavam preparadas para receber alunos com necessidades educacionais especiais. Também a sociedade não estava preparada para integrar objetiva e subjetivamente às pessoas com deficiência em sua estrutura social.

A Inclusão é baseada nas diferenças, vendo cada pessoa como um ser único, dotado de emoções, sentimentos e inteligência; todos têm limites e capacidades e devem possuir os mesmos direitos e fazer parte da mesma sociedade em regime de igualdade. Assim, na perspectiva inclusiva, a pessoa com deficiência é um sujeito pertencente à sociedade, e não cabe a ele ser normalizado, mas sim a ela transformar-se de forma a incluí-lo.

A escola inclusiva está sendo implantada; governos, escolas, professores, sociedade... Todos buscam conhecer e se preparar para ela, acreditando estarem no caminho certo. Como diz Becker (2009):

(...) Como se vê, a escola inclusiva exige, na prática, medidas administrativas nada simples, via de regra, dispendiosas. Por isso, verificamos uma significativa defasagem entre o discurso da inclusão e a prática da escola inclusiva (...) (BECKER, 2009, p. 49)

Estamos dando os primeiros passos, pois infelizmente, apesar das idéias inovadoras, ainda persistem os preconceitos e concepções surgidas em épocas passadas e que marcaram os paradigmas segregacionistas, teoricamente já ultrapassados, mas que coexistem até os dias atuais.

3.2 Sobre Arte, Educação e Arte-Educação.

Historicamente, várias teorias educacionais, baseadas nos paradigmas sociais de cada época, determinaram atitudes e ideias que constituíram a escola como instituição formadora da sociedade.

Muito embora a escola, na realidade, ainda corresponda muito àquelas ideias engessadas do paradigma industrial e tradicional, oferecendo uma educação tecnicista baseada na reprodução de conhecimentos, a educação começa a mudar.

Surgem novas teorias, grandes pensadores oferecem novos conceitos para velhos temas educacionais. Aos poucos, a transformação chega a mais antiga instituição social de formação: a escola.

Essas novas ideias já não podem ser ignoradas, principalmente por quem deseja se tornar um bom educador, esta é a proposta presente nesse trabalho. Para tal, torna-se necessário conhecer alguns conceitos e refletir sobre eles.

3.2.1 Conceitos

O primeiro tema a ser discutido é a diferença que, acredito, existe entre educador e professor. Professor é aquele profissional da educação, que repassa os conteúdos e preocupa-se com o “rendimento” dos alunos, enquanto o educador é aquele que, sujeito da educação vê nas relações educacionais a melhor forma de auxiliar os educandos, também sujeitos do processo, a buscar seu próprio conhecimento e formar-se integralmente. Dito em outras palavras, conforme Freire (1997):

(...) a tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de inteligir, desafiar o educando com quem se comunica e quem comunica, produzindo sua compreensão do que vem sendo comunicado (...) (FREIRE, 1997, p. 42)

Considerando educador e educando como agentes do processo educacional, compreende-se que o termo educação também é bastante abrangente, pois se refere não apenas à apreensão de conhecimentos, mas principalmente, da formação do ser humano e de sua inserção ativa na sociedade. Descobrimo-se, compreendendo-se e modificando sua própria realidade, age e transforma o meio à sua volta. Nessa perspectiva, Read (1982, p. 18) enfatiza que “(...) a educação deve ser um processo, não apenas de individualização, mas também de integração, que é a reconciliação da singularidade individual com a unidade social”.

No que se refere à educação estética, pode-se compreendê-la como o processo educacional que se dá através de experiências estéticas, onde o sujeito apreende o mundo de maneira direta, total, sem mediação de conceitos ou símbolos. Ocorre um envolvimento total do homem com o objeto estético, o cotidiano tem suas regras abolidas, o mundo real se desfaz e surge uma nova realidade. Assim sendo, “(...) a função mais importante da educação está relacionada com esta orientação psicológica e por esta razão a educação da sensibilidade estética é de importância fundamental”. (READ, 1982, p. 20.)

Esta é a experiência estética: uma suspensão provisória da causalidade do mundo e das relações conceituais, que se dá com a percepção global do universo em que faremos parte e com o qual estamos em convívio. A “verdade” do objeto reside nele mesmo e não na sua funcionalidade.

A palavra estético vem de estesia (sentir), deixar-se afetar pelas coisas. Uma experiência estética se dá quando apreendemos novas ideias através de experiências ligadas aos sentidos e às emoções.

Chamaremos sentimento todas as maneiras de apreensão direta de nosso “estar no mundo”, ou segundo Damásio (1994):

(...) emoções e sentimentos são os sensores para o encontro, ou falta dele, entre a natureza e as circunstâncias. E por natureza refiro-me tanto à natureza que herdamos enquanto conjunto de adaptações geneticamente estabelecidas, como à natureza que adquirimos por via do desenvolvimento individual através de interações com o nosso ambiente social, quer de forma consciente e voluntária, quer de forma inconsciente e involuntária. Os sentimentos, juntamente com as emoções que os originam, não são um luxo. Servem de guias internos e ajudam-nos a comunicar aos outros sinais que também os podem guiar. E os sentimentos não são nem intangíveis nem ilusórios, ao contrário da opinião científica tradicional, são precisamente tão cognitivos como qualquer outra percepção. (DAMÁSIO, 1994, p. 15)

Dessa forma, podemos considerar o “fazer estético” como o objeto de ação da arte, ou seja, a arte em si mesma, despida de conceitos como “dom”, “virtuosismos” ou privilégio de poucos. Conhecer a arte, fazer arte, sentir a arte... Podemos considerar o fazer estético da arte como um

(...) conjunto de preceitos e regras para fazer bem qualquer coisa. Atividade criadora do espírito humano (...) que, busca, representar as experiências coletivas ou individuais, e exprimir o indizível pelo sensível. (LOUREIRO, 1996, p. 121)

Nas palavras de Duarte (1995) entendo arte como,

(...) uma capacidade de fazer, de intervir no meio natural ou artificial dominando a matéria para um fim específico: suscitar sensações ou estados de espírito carregados de significações humanas “desinteressadas” que nos lançam a planos mais profundos e globais de vivências– a tentativa de concretizar numa forma o mundo dos sentimentos humanos. (DUARTE, 1995, P.88)

Assim sendo, arte é um fator de agilização da nossa imaginação, constituindo-se em um estímulo para que ela flutue e crie mundos possíveis, novas possibilidades de ser e sentir-se. A imaginação é a convidada a atuar, rompendo o estreito espaço que o cotidiano lhe reserva. Pode-se dizer ainda que é uma maneira de despertar o sujeito para que este de maior atenção ao seu próprio processo de sentir. Enfim, a arte é uma deliciosa inutilidade da vida, algo além da utilidade e que se vale por si mesma, a própria finalidade da vida.

Devemos começar a modificar o pensamento daqueles que consideram a arte como o “dom de desenhar e pintar”. Em princípio, temos que lembrar que o desenho e a pintura não são as únicas manifestações artísticas consideráveis, uma vez que qualquer expressão da emoção materializando e traduzindo sentimentos e comunicando-se com o mundo exterior, caracteriza o artista.

Outro conceito a repensar é a ideia de “dom”, como se arte fosse direito exclusivo de algumas pessoas que já nascem com características e habilidades pessoais voltadas a produção artística. Enquanto esses poucos privilegiados e excêntricos possuem o direito de fazer arte, a grande parte dos “simples mortais” que não possuem o “dom” não precisam nem ao menos saber o que significa a arte.

A única forma de modificar essa mentalidade que ainda impera na sociedade é modificando nossa própria visão de arte e oferecendo aos alunos a possibilidade de vivenciar experiências ético-estéticas através da educação do sensível, considerando que “O objetivo da educação é por isso a criação de artistas – de pessoas eficientes nos vários modos de expressão.” (READ, 1982, p. 25).

Dessa forma é que devemos compreender a definição de artista, diferente da convencional: aquela pessoa que consegue comunicar-se, expressando seus sentimentos e emoções através de variadas produções artísticas e tornando-se

sujeito ativo de todas as suas relações sociais. Esse entendimento é ratificado nas palavras de Read (1982), ao denominar artista como:

(...) aquela pessoa capaz de construir seu próprio conhecimento, a partir de seus sentimentos, emoções, sensações, intuição, etc., elaborando seus próprios sentidos em relação ao mundo em sua volta. (READ, 1982, p.25)

Assim é que a arte pode modificar os rumos da educação: possibilitando não apenas um meio de acesso ao mundo dos sentimentos, mas também o seu desenvolvimento; os sentimentos se refinam pela convivência com os símbolos da arte.

O treinamento artístico é, portanto a educação do sentimento, o que significa estimulá-los a se expressarem, a vibrarem frente a símbolos que lhes sejam significativos. Conhecer as próprias emoções e ver nelas os fundamentos de nosso próprio “eu”.

Assim surge a arte-educação, como uma maneira mais ampla de se abordar o fenômeno educacional, considerando-o não apenas como transmissão simbólica de conhecimentos, mas como um processo formativo do humano, que envolve a criação de um sentido para a vida, e que emerge desde os nossos sentimentos peculiares.

Uma educação transformadora deve priorizar a pesquisa, a experimentação e a reflexão, desafiando a procura de soluções próprias, uma vez que respostas padronizadas produzem indivíduos enfraquecidos, sem ideias e fáceis de serem manipulados.

Como expressão simbólica, a arte facilita ao indivíduo exteriorizar aquilo que não pode ser dito em outra linguagem. Nesse contexto a educação pela arte se dá através do desenvolvimento dos sentidos e significados que orientam a ação do homem na sociedade, de modo que haja coerência entre o sentir, o pensar e o fazer. Portanto, a atenção educacional deve recair sobre o processo de criação, pelo qual o educando deve elaborar seus próprios sentidos em relação ao mundo à sua volta.

A arte-educação é muito mais do que uma metodologia nova para as aulas de educação artística, é uma nova concepção pedagógica – uma maneira mais ampla de se abordar o fenômeno educacional; uma proposta transdisciplinar centrada na

arte que visa gerar um homem questionador, contestador, capaz de transformar a realidade.

Como diz Read (1982, p. 24), “(...) a arte é a representação, a ciência é a explicação da mesma realidade”; e a arte-educação é a união de ambas em busca da valorização de ser humano e da construção do conhecimento.

Infelizmente, os alunos ainda estão acostumados a receber tudo pronto, “normal”, “certo”, “fechado”; “conceitos pré-concebidos”, “conhecimentos acabados”, “verdades transmitidas”... Os conceitos de “erro” e “anormalidade” ou deficiência (em seu sentido pejorativo) andam juntos.

O surgimento da ideia de verdade agrava o problema do erro, pois qualquer um que se acredite possuidor da verdade torna-se insensível aos erros que podem ser encontrados em seu sistema de ideias e, evidentemente, considerará mentira ou erro tudo o que contradisser sua verdade. A ideia de verdade é a maior fonte de erro imaginável; o erro fundamental reside na apropriação monopolista da verdade. (MORIN, 2003, p. 27)

Por isso é que em Arte-Educação, mais importante que os resultados são os processos de criação e expressão, onde cada um tem a oportunidade de construir seu próprio conhecimento a partir das suas experiências estéticas.

Assim é que, inserida na Escola Inclusiva, a arte pode oferecer novas perspectivas aos alunos. Sabemos que os seres humanos são feitos de sentimentos, sensações, emoções, sonhos, ideias,... E que é impossível separá-los disso para que aprendam conceitos. Então, podemos intensificar a aprendizagem e torná-la acessível e efetiva considerando cada aluno como um universo e proporcionando-lhes oportunidades de aprender através de experiências criativas, ricas e interessantes oferecidas pela arte.

A experiência criadora é uma construção, onde cada um encontra os elementos para organizar suas emoções, seus conhecimentos e comunicação com a vida; ou como diz Read (1982, p.20): “... é a educação daqueles sentidos em que se baseiam a consciência e, finalmente, a inteligência e raciocínio do indivíduo humano.”.

Conhecendo as potencialidades e limitações, a realidade e as expectativas dos alunos, pode o professor elaborar propostas desafiadoras e que sirvam como impulso ao desenvolvimento estético e criador, partindo da sua percepção de mundo e evoluindo, até sua própria reconstrução através da arte.

A partir dessa evolução é que o professor poderá avaliar o sucesso de seu trabalho levando o aluno a produzir mudanças significativas nele mesmas e no meio que o cerca, e não esperando que ele reflita algo que já está pronto ou que utilize a linguagem formal já existente.

3.3 Arte-Educação na educação de pessoas com necessidades especiais: pensando a teoria

No ano de 1990, nos dias 5 a 9 de março, em Jomtien, na Tailândia, foi realizada a Conferência de Jomtien, na qual foi elaborada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, da qual derivou o Plano de Ação Para Satisfazer as Necessidades Básicas da Aprendizagem. Entre elas, as decisões sobre a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Novas forças, decorrentes de Jomtien, combinadas com a experiência acumulada de reformas, inovações, pesquisas, e com notável progresso em educação registrado em tantos países, fazem com que a meta da educação básica para todos – pela 1ª vez na história – seja uma meta viável.

Como vemos “educação para todos” é uma preocupação que acompanha a sociedade mundial desde 1990, ou seja, há quase 20 anos, e que apesar disso, no Brasil, em alguns casos, ainda deixa-se muito a desejar, não apenas pela falta de acessibilidade, como, principalmente, pelo tipo de educação que se oferece. Como diz Becker (2009, p.21): “Ainda vigora a ideia de que ensinar é atividade apenas prática e estudar teoria é perder tempo.” Embora a prática não corresponda à teoria, acredito que ambas estão intimamente ligadas e, que uma depende da outra. Não há sentido para a teoria se não houver uma prática, mas não é possível uma boa prática sem o embasamento de uma teoria reflexiva.

Respaldado nessa concepção, este capítulo se dedica a fazer uma reflexão teórica acerca da proposta metodológica de trabalho ligada à arte-educação, com vistas a favorecer o processo de construção de aprendizagem de alunos com déficit cognitivo em processo de inclusão escolar.

Esse artigo busca lembrar que, poucos são os estudos que focam a arte-educação como metodologia a ser utilizada na educação de pessoas com necessidades educacionais especiais e como ela deve ser trabalhada; em que termos, com que técnicas, objetivos, metas...

3.3.1 A arte como acessibilidade

Penso que o educador deve ajudar os alunos a desenvolverem-se integralmente, melhorando sua autoestima, desenvolvendo sua sensibilidade, atuando como agente da sociedade, enfim, crescendo como um todo.

“Crescer significa ir-se localizando com lucidez no tempo e nas circunstâncias em que se vive, para chegar a ser verdadeiramente homem, isto é: indivíduo capaz de criar e transformar a realidade em comunhão com seus semelhantes” (NIDELCOFF, 1999, p.20). Para tal, o educador deve ser um sujeito comprometido, capaz de integrar todos os conteúdos e todas as disciplinas em uma aula agradável, desafiadora, desagregadora de valores estanques, impostos por uma sociedade desigual e parcial em suas decisões. O perfil de um educador deste século deve ser o de um entusiasmado, um apaixonado pelas pessoas, pela vida e pelas possibilidades de fazer diferenças, mudar, criar e motivar, aprender e ensinar.

Educar é uma tarefa infinitamente mais ampla do que transmitir conhecimentos, a educação é um processo subjetivo, constante, complexo e contínuo, onde todos são sujeitos e construtores do saber; tem conexões nem sempre explicáveis somente à luz da ciência e da filosofia. Educar é amar! Amar é conhecer, compreender e considerar cada aluno como um ser único e com vivências e experiências individuais, e ajudá-lo a tornar-se um ser social. Nesse sentido, Morin (2003) enfatiza que:

(...) onde não há amor, não há mais do que problemas de carreira, de dinheiro para o docente, e de aborrecimento para o aluno. A missão supõe, evidentemente, fé na cultura e fé nas possibilidades do espírito humano. A missão é, portanto, elevada e difícil, porque supõe, simultaneamente, arte, fé e amor. (MORIN, 2003, p.98-99)

Esse princípio da educação é muitas vezes bem aceito por educadores, quando se trata de alunos sem deficiências; todos se julgam apaixonados e comprometidos. Mas a verdade é que quando se deparam com alunos com déficit cognitivo, entram em pânico, não sabem o que fazer e, não raro, demonstram preconceito e aversão a esses alunos. Ratifico este entendimento, respaldada nas palavras de Batista e Mantoan (2007), quando expõem que

(...) As outras deficiências não abalam tanto a escola comum, pois não tocam no cerne e no motivo da sua urgente transformação: considerar a aprendizagem e a construção do conhecimento acadêmico como uma conquista individual e intransferível do aprendiz, que não cabe em padrões e modelos idealizados. (BATISTA e MANTOAN, 2007, p.16)

A primeira mudança a ser realizada no sistema educacional, é a forma como o educador “enxerga” seus alunos: é preciso considerar que cada um de nós reage diferentemente frente a estímulos iguais e que isso se dá, não somente pelas conexões mentais, mas também pela história de vida e, principalmente, pelo modo com que cada um deixa-se afetar pelas circunstâncias.

Assim, há que considerar-se a individualidade dos nossos alunos. Ora, se cada um reage diferentemente a estímulos iguais, como querer padronizar a sua aprendizagem? Como esperar turmas “parelhas”, com alunos no mesmo nível de conhecimento? Exigir respostas iguais?...

É preciso conhecer o seu aluno, criar intimidade, ser sua cúmplice. Não há como construir uma identidade como expressão da cultura sem saber que cultura é essa, já que é necessário, considerar as necessidades e as possibilidades dos alunos.

A alfabetização não se constitui apenas da codificação e decodificação do código escrito; é situar-se no mundo, conhecê-lo, fazer parte dele. E o conhecimento de mundo não se expressa apenas em conceitos abstratos, fórmulas matemáticas ou equações geométricas. Há uma forma de perceber a organização das coisas, que é mais imediata, intuitiva e sensorial. Ela se manifesta por meio da experiência estética, da percepção e do belo. Sua principal expressão é da arte. O veículo de expressão da arte é o sentimento, que retrata emoções positivas ou negativas, tais como alegria, esperança, tristeza ou desespero; e é através da arte que podemos racionalizar o sentimento de forma a ser contemplado e compreendido. A

manifestação artística representa o que é normalmente chamado de “experiência interior”.

Aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada. São as diferentes idéias, opiniões, níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e clareiam o entendimento dos alunos e professores (...) (BATISTA e MANTOAN, 2007, p.17)

Daí a importância da educação estética – o desafio de oferecer a cada um o direito de construir seu próprio conhecimento e saber sensível respeitando a sua individualidade e tornando parte integrante e ativa da sociedade em que está inserida, já que “(...) a educação é uma forma de intervenção do mundo (...)” (FREIRE, 1997, p.110).

Podemos conseguir isso, “fazendo com que a arte deixe de ser uma disciplina do currículo e se torne algo incorporado à vida do sujeito, que o faça buscar a presença da arte como necessidade e como prazer.” (MEIRA, 1999, p. 131).

Assim, a proposta de trabalhar com a arte em todas as disciplinas, deve utilizar as formas mais criativas possíveis para a realização das aulas, partindo sempre da vivência e da realidade do grupo; com a utilização de materiais que venham a estimular os sentidos dos alunos, atraindo sua atenção, estimulando sua criatividade, possibilitando a fruição de suas emoções e despertando o interesse pela descoberta e pela criticidade dialógica.

“Uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade.” (FREIRE, 1997 p. 21) Nessa perspectiva, o arte-educador deve encontrar nas parcerias com o prazer a forma de resgatar a alegria do contato humano entre professor e alunos, começando com a valorização das várias linguagens de comunicação já conhecida por eles, recuperando o respeito mútuo desses grupos e construindo bases para um crescimento comum sem o peso autoritário das verdades.

Dessa forma, o desejável é que se construa o desenvolvimento formal, a escrita e todo o mais, através de experiências ético-estéticas, a fim de desenvolver o aluno com déficit cognitivo como um todo, tornando-o crítico e atuante em seu grupo social.

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, à seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, senão se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, senão se reconhecem a importância dos conhecimentos de experiência feitos com que chegam a escola. (FREIRE, 1997, p. 71)

Então, não podemos considerar nossos alunos completamente iletrados ou de todo analfabetos se considerarmos sua leitura de mundo. Pois, apesar de não possuir o domínio do código escrito, eles conhecem e dominam o mundo a sua volta, à medida que se integram a ele.

E se considerarmos cada aluno como um ser complexo, dotado de conhecimentos e habilidades desenvolvidos ao longo de sua vida, através das experiências realizadas em constante reconstrução temos que refutar definitivamente essa visão preconceituosa que trata os alunos com déficit cognitivo com inferioridade, oferecendo um ensino “diferenciado” ou repetitivo.

O grande equívoco de uma prática de ensino que se baseia nessa lógica do concreto é a repetição alienante, que nega o acesso da pessoa com deficiência mental ao plano abstrato e simbólico da compreensão, ou seja, nega a sua capacidade de estabelecer uma interação simbólica com o meio. O perigo desse equívoco é empobrecer cada vez mais a condição de as pessoas com deficiência mental lidarem com o pensamento, raciocinarem, utilizarem a capacidade de descobrir o que é invisível, criarem e inovarem, enfim, terem acesso a tudo que é próprio da ação de conhecer (...) (BATISTA e MONTANO, 2007, p.21)

Incluir os alunos com déficit cognitivo apenas no espaço físico da escola sem oferecer-lhes as verdadeiras condições de acessibilidade, seria como se a sociedade estivesse se redimindo da exclusão social em que as atirou, oferecendo uma “compensação” – algo mais rápido e mais fácil – mas sem o comprometimento necessário para oferecer aos educandos o respeito que lhes é devido.

O objetivo da educação não é o domínio instrumental dos códigos, mas a compreensão conceitual dos mesmos, tornando o aluno sujeito de uma ressignificação da concepção de mundo e de si. Como diz Freire (1997)

(...) nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinar, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. (FREIRE, 1997, p. 29)

Ao lado do educador, igualmente sujeito do processo, significa um envolvimento entre ambos, onde cada um possui significação e valor, considerando seus sentimentos, suas simpatias, afinidades, expectativas, enfim, centrar o processo educativo nas relações travadas no grupo a partir do conhecimento de si mesmo.

Esse é outro ponto que gostaria de salientar: o envolvimento do educador no processo educativo pressupõe certa igualdade entre ele e seus alunos. Ambos ensinam e aprendem, participam de um mesmo grupo social e enfrentam situações semelhantes de simpatia e antipatias e afetam-se mutuamente o tempo todo. Não há como evitar! Assim, a relação de afetividade desenvolvida em sala de aula é de suma importância em um processo educacional, pois conforme Morin (2002)

Não existe uma razão pura. Há uma razão com uma porção de sentimentos que ajudam a razão. E quando observamos o desenvolvimento da inteligência, da razão e da afetividade e dos sentimentos. É necessária a associação das coisas (...) (MORIN, 2002, s/p)

Outra mudança urgente a que escola precisa se adaptar é quanto à forma de avaliação. Ora, se mudamos a forma de perceber o aluno e mesmo o processo educacional, está claro que a avaliação também terá que ser diferenciada.

Por ser subjetiva, a arte não considera as respostas prontas, previamente definidas. É avaliado o processo de aprendizagem, onde cada aluno tem a liberdade de usar a criatividade para definir suas ações, bem como a produção final – baseada sempre naquilo que cada um alcançou e não dando ênfase ao que não foi aprendido. É dessa forma que a arte-educação, que também pode ser chamada de Pedagogia do Sensível, pode se tornar o meio de oferecer acessibilidade a todos os alunos: pintando a educação com as cores dos sentimentos e valorizando sua produção pessoal; enxergando o aluno como um ser completo e repleto de capacidades.

Acredito que a metodologia com esse embasamento teórico, proporciona um grande leque de possibilidades na prática educativa; “(...) o que não é possível é, ficando nela, aviltá-la com o desdém de mim mesmo e dos educandos.” (FREIRE, 1997, p. 75).

Assim, o que falta não é criar teorias pedagógicas satisfatórias, mas sim pôr em prática as já existentes, construindo uma realidade baseada em atividades

enriquecedoras e formadoras do humano, onde alunos e educadores possam ser igualmente, sujeitos do processo de construção do saber.

Enfim, se o belo desperta o bom, deve fazer parte da educação do aluno com déficit cognitivo, considerando a educação estética como a forma de harmonizar e aperfeiçoar o mundo, e de o ser humano alcançar a sua verdadeira liberdade; transformando e revelando intervenções que o homem faz da natureza como sujeito e tradutor da sua cultura, lembrando que: “quando falamos de pessoas, falamos de identidade, quando falamos de grupos sociais, região, comunidade, nação, temos uma cultura.” (MIDORI; BIZARRO, 2005, s/p)

Considerando o termo estética pelo como a teoria ou ciência do belo e suas manifestações por meio da arte, e que uma das suas funções é a da comunicação e da expressão, temos que considerar que: “o mais importante para a Arte é o Sentir. É o emocional. Aquilo que todos vivenciamos, mas ninguém consegue realmente explicar.” (XR, 2001, s/p)

E, se todos vivenciamos e, embora não possamos explicar, podemos experimentar, exprimir e demonstrar, modificando-nos e ao meio; o que comprova que a arte não é algo específico para uns poucos e que possuem o “dom”, mas sim, uma atividade essencial e inerente a todos e a qualquer ser humano que aceite sua eterna inconclusão como pré-requisito para sua constante formação e educabilidade.

3.3.2 Os caminhos da arte-educação

A experiência estética, os fazeres artísticos têm feito parte da construção cotidiana de vida desde os primeiros passos dados pelo homem na construção de cultura, quando começou a cantar, dançar, deixar marcas gráficas nos desenhos e pinturas nas cavernas e outros espaços. Um breve olhar na História da humanidade basta para percebermos que os registros mais significativos decorrem daquelas produções que, em tempos e lugares tão diversos, tiveram o sentido estético como referência. Tais produções caracterizam-se por sua permanência no mundo e pela capacidade de comunicar que atravessa o tempo, alcançando povos e pessoas de lugares e modos de organização social tão diferentes. (MARTINS, 2001, p.45).

Dessa forma é que podemos afirmar que a arte e o senso estético estão intrinsecamente ligados ao homem, desde os primórdios da civilização (quicá mesmo antes da civilização!), tendo grande importância em sua vida e formação.

Embora na maioria das pinturas rupestres encontradas, como em outros artefatos artísticos da Pré-história, não saibamos interpretar com precisão seus significados, sabemos que essa era a forma de comunicação entre as pessoas de um mesmo grupo, entre grupos diferentes ou até mesmo de uma geração para a outra. Portanto, esse material é o “resultado concreto de sua busca de elos de comunicação consigo mesmos e com o mundo exterior a eles mesmos.” (MARTINS, 2001, p.42).

Assim é que a arte pode constituir-se em um satisfatório caminho para a formação das pessoas com déficit cognitivo: como forma de comunicação. A comunicação se dá através de linguagens, constituídas de códigos organizados, onde as pessoas podem expressar suas ideias, sentimentos, fatos, etc. Essas linguagens podem ser escritas ou faladas, mas tem que ser conhecidas tanto por quem recebe a comunicação quanto por quem a emite.

Porém, as linguagens artísticas se mostram mais flexíveis, podendo ser compartilhadas por pessoas de diferentes culturas e origens. Dessa forma, imagens, melodias, gestos e outras manifestações artísticas podem ser compreendidos por homens e mulheres, crianças e adultos, pessoas de diferentes condições de existência e potencialidades cognitivas.

É claro que como em outras linguagens, a arte possui seus códigos constituidores que servem para a correta compreensão da mensagem a ser passada; esses códigos precisam ser aprendidos para que a comunicação possa ser satisfatória e identificada pelo grupo.

Embora a obra de arte não possua significado estático e sim ofereça a possibilidade de interação e ressignificação, estabelecendo um espaço comunicacional subjetivo, é necessário que todos os alunos participem das várias etapas de criação, planejamento e execução, bem como conhecer as obras produzidas ao longo da história, construindo seu conhecimento.

Ao professor cabe a tarefa de possibilitar aos alunos experiências e estratégias diferenciadas de acordo com suas potencialidades e características individuais. À escola cabe programar visitas a centros culturais e à sociedade,

garantir que esses centros como museus, galerias, teatros e outros, ofereçam recursos adequados a todas as pessoas.

(...) Assim, conhecer Arte pressupõe mais do que experimentar técnicas consideradas expressivas em arte: recorte e colagem, desenho livre, apresentações em datas comemorativas, etc. Conhecer Arte envolve o ato cognitivo de apreciar, compreender, interagir com obras de Arte nas várias linguagens artísticas disponíveis na sociedade contemporânea (dança, música teatro, artes visuais, cinema, fotografia, e tantas outras), de perceber que toda produção artística esta inserida num contexto cultural e histórico (...) (MARTINS, 2001, p.46)

O ensino de arte está baseado em três pilares: a fruição, a contextualização e a produção. Esta é mais uma colaboração, sob meu ponto de vista, da arte para o processo educacional, uma vez que esses passos servem para o ensino de qualquer conteúdo: oferecer aos alunos a apreciação do tema através de imagens, sons, notícias, à valorização do seu conhecimento prévio sobre o assunto, etc. Contextualizar o fato histórica e geograficamente, e então construir algo que demonstre o conhecimento adquirido, levando em conta a individualidade e potencialidades de cada aluno, ressignificando cada novo conhecimento para apropriar-se dele.

Essa forma de trabalho amplia os horizontes de alunos e professores, possibilitando a problematização e criando constantes desafios, muito enriquecedores, principalmente em um grupo formado através da valorização das diferenças entre os sujeitos do processo educativo.

“Quando o aluno cria com liberdade, fazendo seus desenhos e produções, ele levanta hipóteses e imprime sua marca na construção simbólica de sua história...” (SCROCK, 2007, p.39). Por esse motivo é que é tão importante oferecer aos alunos a possibilidade de se expressarem artisticamente, proporcionando certo conhecimento estético, através de tarefas diversificadas, atraentes, divertidas, etc. Par tal podemos fazer uso de inúmeros recursos visuais, auditivos, táteis e as diversas mídias, tão avançadas e acessíveis atualmente.

Devemos ser criativos e estar preparadas para oferecer aos nossos alunos aulas dinâmicas e estimuladoras do seu senso crítico, que fortaleçam a autonomia, que incentivem a construção e aquisição pessoal de conhecimentos. Atividades desafiadoras, que ofereçam a possibilidade de, partindo do concreto, construir conceitos mais abstratos, exercitando-se cognitivamente.

Para a pessoa com deficiência mental, a acessibilidade não depende de suportes externos ao sujeito, mas tem a ver com a saída de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber. (BATISTA e MANTOAN, 2007, p.22)

Podemos perceber que toda a vivência é importante para o aprendizado da leitura de mundo que levará à leitura formal e à posse de conhecimentos culturais relevantes para a vida, e que “a relação direta com o objeto do conhecimento é insubstituível (o desenho de uma flor no quadro, por mais perfeito que seja jamais substituirá a flor no seu ambiente)” (CHERINI, 2002, p. 49).

Queremos formar leitores de mundo, pessoas criativas, que saibam pensar e aproveitar as situações. Como diz Kanitz (2004 s/p): “Se você quiser ter ideias novas, ser criativo, inovador e ter uma opinião independente, aprimore primeiro seus sentidos. Você estará no caminho certo para começar a pensar”.

O arte-educador deve encontrar nas parcerias com o prazer a forma de resgatar a alegria do contato humano entre professor e alunos, começando o desenvolvimento da linguagem e da leitura conjunta das linguagens audiovisuais, recuperando o respeito mútuo, construindo bases para um crescimento comum sem o peso autoritário das verdades.

Brincar muito de faz-de-conta, usar material totalmente reciclável, dramatizar, pintar, construir, recortar, há milhares de exemplos de como os educadores podem ajudar as crianças a desenvolverem sua criatividade... Deve partir do professor a iniciativa de trabalhar qualquer assunto com a prática, com o fazer e não com o dizer, estimular a criança através de palavras e mostrar através de atos como os materiais podem ser usados e tudo se transforma. (CHERINI, 2002, p.48-49).

Portanto, sendo sujeito num processo de constante aprendizagem, o professor deve estar atento à melhora da qualidade da educação, criando as condições necessárias para que o ensino formal torne-se cada vez mais uma vivência social em que devem estar sempre presentes a emoção, o diálogo e a afetividade entre os elementos participantes, e onde deve estar sempre claro ao professor que tipo de sujeito pretende formar e de que forma pode fazê-lo com mais qualidade e emoção.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a Educação Inclusiva estar sendo amplamente divulgada e discutida, infelizmente, a maioria das nossas escolas regulares ainda não está preparada para receber com respeito e dignidade todas as pessoas com necessidades educacionais especiais. Por terem sido, historicamente, excluídas e ignoradas pela sociedade, sem possibilidades de frequentar o ensino formal, como qualquer criança, não desenvolveram potencialidades significativas para sua identificação sociocultural, construindo de si mesmas uma imagem pouco positiva relativamente a suas experiências e até mesmo negativa no que se refere à escolarização. Isto favorece com que se tornem inibidos em determinados assuntos, levando-os a sentirem-se como “estranhos no ninho”, observando a sociedade em que deveriam estar atuando.

Então, caberá à própria escola oferecer ao aluno com deficiências, condições de conhecer novas possibilidades de interagir com o objeto de aprendizagem por intermédio da utilização de sua própria imaginação, onde o real deixa de ser algo rígido e passa a ser relativo, oferecendo varias hipóteses de soluções para um mesmo problema, variando de acordo com o ponto de vista observado.

Considerando o exposto, o objetivo deste trabalho buscou “refletir acerca da proposta metodológica de trabalho ligada à arte-educação, construindo conhecimentos teóricos para embasar a prática educativa, com vistas a favorecer o processo de construção de aprendizagem de alunos com déficit cognitivo em processo de inclusão”. Nesse sentido, o desenvolvimento do estudo bibliográfico possibilitou constatar que a arte-educação contribui para o estabelecimento do processo de ensino e aprendizagem que estimula o aluno com déficit cognitivo a tornar-se crítico e construir novas ideias, pois favorece que o sujeito possa arriscar, questionar, transgredir, desacomodar-se, desequilibrar-se e retornar ao equilíbrio, apoderando-se assim de novas e valiosas ideias que surgirão através da curiosidade, da imaginação e da intuição e que virão enriquecê-lo cultural e socialmente.

Por isso a arte-educação é tão importante no ensino formal, principalmente quando consegue desenvolver satisfatoriamente o fazer artístico, a apreciação da arte e a história da arte, inter-relacionando e relacionando-os com a vida pessoal, social e cultural dos alunos, reconhecendo suas potencialidades e respeitando suas limitações.

A leitura de mundo inicia-se ainda no berço, através de todas as percepções e as emoções experimentadas pelo sujeito. Os seres humanos são feitos de sentimentos, sensações, emoções, intuições, sonhos, ideias,... E é impossível separá-los disso para que aprendam conceitos. Ao contrário, podemos intensificar a aprendizagem e torná-la efetiva e verdadeira considerando cada aluno como um universo e proporcionando-lhes oportunidades de aprender através de experiências criativas ricas e interessantes.

Dessa forma, as artes têm uma grande função na formação, pois facilitam o desenvolvimento do aluno sem abafar o processo criador, desenvolvem a discriminação visual e auxiliam a comunicação verbal. O educador deve ter por objetivo “ensinar a ver”, como diz Martins (2004):

... o objetivo é torná-lo um olhar capaz de se maravilhar com as explorações de formas e cores e com as descobertas da representação, na construção de um vocabulário simbólico que se expressa com ênfases e exclusões para a expressão e comunicação de pensamento. O objetivo é também preparar o sujeito-educador, também criador, no caminho da percepção mais apurada de zonas reais e proximais, na expectativa de que possa planejar adequadamente. Planejamento apoiado pela observação apurada, pelo registro pessoal da prática vivida, pela reflexão de sua ação e pela avaliação somatória e contínua que alimenta o replanejamento.

Precisamos enxergar nossos alunos, antes de tudo, como seres humanos, sem separá-los e rotulá-los como “bons” ou “ruins”, “normais” ou “anormais”, “com” ou “sem” capacidade de aprender, pois “O que está errado em nosso sistema educacional é precisamente o nosso hábito de estabelecer territórios separados e fronteiras invioláveis.” (READ, 1982, p.24)

Dessa forma, a transdisciplinalidade mostra-se, cada vez mais uma necessidade dentro dessa nova concepção educacional onde o aluno vai construir seus próprios conhecimentos através de experiências estéticas, pois nossa vida não se divide em áreas, selecionando de forma a que, em determinado momento, nossa

atenção esteja voltada exclusivamente para a matemática, para logo depois esquecê-la completamente e pensar somente na história, por exemplo.

Não somos feitos de fichários ou compartimentos fechados: abrimos um e fechamos outro. Ao contrário, somos seres completos, complexos e, às vezes, incompreensíveis a nós mesmos. Temos dificuldades em explicar, mas, sobretudo em compreender nossos próprios conhecimentos e não podemos escolher em que ocasião irão brotar em nosso íntimo.

Portanto, não temos condições de determinar em que momento devemos ficar impassíveis para receber os conceitos de determinada disciplina e gravá-los em nossa memória; até porque, as emoções e os sentimentos são tão cognitivos como qualquer outra percepção, pois preparam o cérebro para a aquisição de novos conhecimentos, por isso dizemos que estão na base da razão.

(...) transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar (...) (FREIRE, 1997, p. 37).

Assim sendo, ao invés de ver a arte como uma disciplina autônoma, distante e fria, trabalhada com atividades repetitivas, cansativas e aleatórias, o professor deve fazer da experiência estética a base da educação, partindo dela para a transdisciplinaridade tão discutida e desejada.

Infelizmente, a arte nas escolas tem sido tratada como algo secundário, desnecessário e totalmente desconectada do interesse e da realidade dos alunos. É como se a expressão artística fosse o “supérfluo” da educação e como se sentir prazer fosse desnecessário dentro da escola. E os alunos vão se acostumando a rotina repetitiva e exclusiva, e vão tornando-se frustrados e isolados, sobretudo aqueles que possuem necessidades educacionais especiais.

Acredito que podemos mudar essa realidade. Construir o conhecimento através dos sentidos e do prazer, mais que isso, aprender a lidar com os próprios sentimentos e emoções, compreender que somos seres humanos complexos e incompletos, cheios de potencialidades e limitações, em constante e interminável formação e que podemos e devemos, sempre, buscar o que nos falta – essa deve

ser a oferta da escola para que o aluno possa se socializar e então, o que eu compreendo por aprender a aprender.

É importante destacar também que esta pesquisa não teve a pretensão de apresentar um modo de fazer referente à arte-educação, mas sim de contribuir para que educadores possam se beneficiar a partir das informações e reflexões contidas neste estudo e, conseqüentemente, contribuírem efetivamente no processo do ensino e aprendizagem frente a alunos com déficit cognitivo. Pois, através da arte amplia-se a possibilidade dos alunos, entre eles os que possuem déficit cognitivo, construírem seu conhecimento, tornando-os conhecedor, fruidor e decodificador do saber, melhorando sua comunicação com o mundo e apropriando-se dos meios necessários para favorecer sua inclusão social.

Pois é ela, a escola, que pode tornar o acesso à arte possível para todos os estudantes e, porque não, à população em geral, o que tornaria possível o desenvolvimento da civilidade, buscando a continuidade histórica, o orgulho e o senso de unidade de um grupo, uma cidade ou nação.

O conhecimento da arte e da história é que torna possível a consciência da identidade nacional, uma vez que facilita o exercício democrático de acesso à informação e formação estéticas de todas as classes sociais, bem como das manifestações culturais do povo, criando uma multiculturalidade e proporcionando a apreensão dos códigos culturais dos diferentes grupos que a constituem.

O que a escola deve objetivar é oferecer aos seus alunos o domínio de sua própria cultura, bem como da cultura da elite, favorecendo a compreensão e a escolha de cada um na expressão artística que desenvolverá, já que a alma humana não conhece diferenças sociais e cognitivas, e busca em suas experiências tudo aquilo que seja mais agradável e prazeroso.

Oferecer ao aluno a oportunidade de se expressar, de externar seus sentimentos; ensiná-los a compreender e importar-se com as expressões e sentimentos dos outros, mostrando-lhes que, talvez, outros se sintam ou já tenham se sentido assim; que apesar das diferenças – ou por causa delas – todos temos valor e merecemos respeito. Mostrar-lhes que a expressão artística fez e faz parte das nossas vidas desde o princípio dos tempos e que cada grupo ou cada época deixa seu legado e sua contribuição para seus sucessores através de suas criações e das histórias que constroem. Fazer da sala de aula e da escola como um todo, um

lugar acessível, onde todos tenham a liberdade de serem verdadeiros, ativos, atuantes, genuínos cidadãos em formação, com respeito e valorização das diferenças.

Assim, o principal currículo da escola deve ser o de formar cidadãos críticos, criativos e culturalmente ativos, oferecendo experiências estéticas que proporcionem a construção do conhecimento como um processo contínuo, contextualizando-os em seu tempo e transcendendo esse conhecimento para sua vivência e para a transformação da sociedade em geral.

Dessa forma é que deve ser trabalhada a arte-educação e a pluriculturalidade social e intelectual em uma escola que respeite os alunos com necessidades educacionais especiais, a fim de oferecer-lhes finalmente, o que até então tiveram poucas oportunidade de receber: a possibilidade de tornarem-se cidadãos críticos e atuantes através de experiências estéticas agradáveis e prazerosas que colaborem na construção do saber.

Consciente da inconclusão dos seres humanos e da necessidade de sua educabilidade através da curiosidade e dos sentimentos, eu mesma pude experimentar o poder da arte e a aprendizagem que se constrói a partir do desequilíbrio numa experiência enriquecedora e transformadora da realidade. Por isso acredito na escola como a instituição que pode dar início a uma grande revolução social, que derrubará por terra o preconceito e o egoísmo e instituirá o respeito e a cidadania, por estar formando uma sociedade constituída por seres que compreendem e amam a si mesmos.

Sobretudo, acredito na escola como o ambiente em que cada sujeito possa construir sua própria história e a de seu grupo, tendo como principal objetivo formar seres humanos.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

Apostila Preparatória Para Concursos. Porto Alegre, Ed Alternativa, 2005.

AZAMBUJA, Ruy Rodrigo Brasileiro de. Século da Educação. Periódico, segundo semestre/1992.

BECKER, Fernando. Entre as teorias e a prática. **Revista Pátio**, nº 49, fev./abr., p.20-22, 2009.

CHERINI, Giovani (org.). **Inteligência Prática = Educação =**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, 2002.

DAMÁSIO, Antônio. **Em Busca de Espinosa: Prazer e Dor na Ciência dos Sentimentos**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

DECLARAÇÃO Mundial Sobre Educação Para Todos: Plano de Ação par satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem. Jomtien – Tailândia, 1990. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/>> Acesso em: 18 out 2004.

PORTO ALEGRE (RS). DEJA/DP/SE. **Diretrizes Político-Pedagógicas: Ressignificando a Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre, 2003.

DUARTE, João Francisco Jr. **Fundamentos Estéticos da Educação**. 4. Ed. São Paulo: Papyrus, 1995.

DUARTE, João Francisco Jr. **Porque Arte-Educação?** 8 ed. São Paulo: Papyrus, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa**. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura Visual, Mudança Educativa e Projetos de Trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

KANITZ, Stefen. Pensar e Observar. **Veja**. São Paulo, ago 2004.

LEAL, José Carlos. **O Que Não é o Espiritismo**. Rio de Janeiro: CELD, 2004.

LEMINSKI, Paulo. A Arte e Outros Inutensílios. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.92, 18 out. 1986.

LOUREIRO, Carlos Bernardo. **Mediunidade de Desenho e Pintura - A Mediunidade Segundo o Espiritismo**. 1 ed. São Paulo: Mnêmio Túlio, 1996.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC, 2007.

MARTINS, Maria Helena. **O Que é Leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARTINS, Miriam Celeste. **Ser Educador**. Passo Fundo, Mimeo. – UPF, 2004.

MARTINS, Miriam Celeste. **O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARTINS, Alice Fátima. Arte Como Forma de Educação. In: XX CONGRESSO NACIONAL DAS APAES. **Anais**. Brasília: Federação das APAES, 2001. 1 CD ROM.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MEIRA, Marly; MEIRA, Mirela. **Arte, Educação e Algumas Premissas de Abordagens Metodológicas**. Porto Alegre: Mimeo, 2005.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de; MUNHÓZ, Maria Alcione. Metodologia para o Atendimento do Aluno com Déficit Cognitivo. In: **Especialização em Educação**

Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos. Módulo III. Santa Maria: UFSM, 2009. P. 09-40.

MORIN, Edgar. Para Compreender a Intolerância (entrevista). In: Caderno Cultura, **Zero Hora**, Porto Alegre, 21 set. 2002.

MIDORI, A.; BIZARRO, M. O Artista e o Artesão. In: Projeto Experimental: artesanato/artesanato. Minas Gerais: UFMG. Disponível em: <http://www.eba.ufmg.br/alunos/kurtnavigator/arteartesanato/filos-03-artesao.html>. Acesso em: 01 out 2005.

NIDELCOFF, Maria Tereza. Escola e Compreensão da Realidade. In: **Teorias & Fazeres**, v. I, II, IV e V, Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Gravataí. RS, 1999.

PILLAR, Analice Dutra (org.). **A Educação do Olhar no Ensino das Artes**. Porto Alegre: Mediação 1999.

PILLAR, Analice Dutra. In: **Aula de Artes Visuais**. Passo Fundo: UPF. 12/11/2004 (transparências).

READ, Herbert. **A Educação pela Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

RODRIGUES, Augusto. Entrevistadora: Araken Távora. Mnba – Ministério da Educação e Cultura – SC. Fundação Nacional Pró-memória.

ROSA, Miriam Suzete de Oliveira. O Cuidado ao Cuidador. Porto Alegre, UFRGS.

SASSAKI, Romeu K. Inteligências Múltiplas. In: Curso Inteligências Múltiplas na Escola Inclusiva, Passo Fundo, 1999.

XR, Marcus Valério. Filosofia Exeriana – 24 out.2001. Disponível em <http://www.xr.pro.br/Arte.html> - acesso em 01 ago. 2005.

6. ANEXOS

PARA OS QUE VIRÃO

Thiago de Mello

Como sei pouco, e sou pouco,
 Faço o pouco que me cabe
 Me dando inteiro.
 Sabendo que não vou ver
 O homem que quero ser.

Já sofri o suficiente
 Para não enganar a ninguém:
 Principalmente aos que sofrem
 Na própria vida, a garra
 Da opressão, e nem sabem.

Não tenho o sol escondido
 No meu bolso de palavras.
 Sou simplesmente um homem
 Para quem já a primeira
 E desolada pessoa
 Do singular foi deixando,
 Devagar, sofredamente
 De ser para transformar-se
 Muito mais sofredamente
 Na primeira e profunda pessoa
 Do plural.

Não importa que doa: é tempo
 De avançar de mão dada
 Com quem vai no mesmo rumo
 Mesmo que longe ainda esteja
 De aprender a conjugar
 O verbo amar.

É tempo sobretudo
 De deixar de ser apenas
 A solitária vanguarda
 De nós mesmos.
 Se trata de ir ao encontro.
 (Dura no peito, arde a límpida
 verdade dos nossos erros.)
 Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo,
 E saber serão, lutando.